



Relação dos projetos Ação Ride San DF+ e Observa-CI do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI) com políticas públicas e agroecologia.

Relationship of the Ação Ride San DF+ and Observa-CI projects of the Center for Management and Innovation in Family Agriculture (CEGAFI) with Public Policies and Agroecology.

SUZART UZEDA LOPES, Diana Dayara¹; CARVALHO, Nayara²; LUCIO DE ÁVILA, Mario³.

¹ Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília, diana.cegafi@gmail.com; ² Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília, nayaracarvalho87@gmail.com; ³ Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília, unbavila@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: No Brasil, as políticas públicas e a agroecologia sempre foram destaque no mundo, e compõem vertentes muito importantes para o desenvolvimento socioeconômico de regiões. A partir desse ponto, o presente estudo teve como objetivo apresentar dois projetos do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília (CEGAFI), que articulam e dialogam diretamente com políticas públicas, agricultura familiar e agroecologia, sendo eles: Ação Ride San DF+ e Projeto Observa-CI. Com uma abordagem exploratória, os dados obtidos mostraram como os dois projetos abordados colaboram expressivamente no fortalecimento de políticas públicas, sobretudo do PNAE e PAA, e também no fortalecimento da agroecologia, por se tratar de projetos sustentáveis voltados para o fortalecimento da agricultura familiar. Diante disso, para expandir as temáticas de agroecologia e políticas públicas, mais iniciativas que dialoguem e fortaleçam esses dois setores são necessárias.

Palavras-chave: compras públicas; agricultura familiar; segurança alimentar.

Introdução

Política pública é definida por Mead (1995) como uma área no âmbito da política, que estuda o governo e as grandes questões públicas. Lynn, (1980) acredita que é uma soma de ações do governo que resultarão em efeitos específicos e Dye, (1984) entende de forma sucinta que o conceito de política pública é: “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Já Peters (1986) tem um pensamento semelhante ao de Lynn, quando acredita que a política pública é o somatório das tarefas dos governos que atuam por meio da delegação e que influenciam de certo modo a vida da população.



É preciso entender também a definição de agroecologia para que seja apresentada a relação entre as duas. Segundo José Maria Gusman Ferraz, (2021), a agroecologia é: “um campo do conhecimento de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional.”

Com base nisso, existem algumas políticas públicas que dialogam com a agroecologia, são elas: Política Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos (PNAPO) foi criada no ano de 2012, com base no decreto nº 7.794/2012, e torna o Brasil o primeiro país do mundo a fundar uma política de estado voltada especificamente para estimular a produção de orgânicos e a agroecologia. Segundo a Secretaria-Geral, a PNAPO tem como propósito: “Articular, integrar e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis”. Vale dizer, que o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) é uma das ferramentas fundamentais da Política Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos. Além disso, por sua originalidade, a PNAPO já foi premiada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Já a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tem como finalidade proporcionar o direito humano à uma alimentação apropriada para todos os cidadãos que habitam o território brasileiro, viabilizando a soberania e a segurança alimentar e nutricional de forma que todos possuam acesso permanente e regular a alimentos de qualidade. Ademais, segundo o Consea, (2009), deve haver quantidade suficiente que não comprometa o acesso a outras demandas fundamentais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, sendo necessário que respeitem a diversidade cultural, e que sejam sustentáveis.

Com base nessas políticas públicas, o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília (CEGAFI), criado em 2013 em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), desenvolve iniciativas de pesquisa, ensino, extensão, tecnologia, inovação, monitoramento e avaliação associadas ao desenvolvimento, mudanças climáticas, sustentabilidade, agricultura, agroecologia, sistemas produtivos e políticas públicas. Nesse sentido, atualmente, dois projetos pertencentes ao CEGAFI se relacionam com a agroecologia e envolvem políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, são eles: Ação Ride San DF+ e Observa-CI.



Metodologia

O presente estudo ocorreu no período do primeiro semestre do ano de 2023 e foi desenvolvido por meio de um levantamento de dois projetos (Ação Ride San DF+ e OBSERVA-CI) do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar - Universidade de Brasília (CEGAFI-UnB), no âmbito das políticas públicas (PNAE e PAA) e Agricultura Familiar.

O projeto OBSERVA-CI (Observatório de Compras Institucionais) tem foco voltado para o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), já o projeto Ação Ride San DF+ (Ride: Região Integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; San: Segurança Alimentar e Nutricional; o símbolo matemático “+” representa outros municípios que contemplam o projeto e que não integram a Ride DF), que também envolve estudo desses programas, tem um proposta maior, com o intuito de criar um rede propositiva entre os municípios participantes, de forma que contribuirá para o fortalecimento da agricultura familiar por meio das compras públicas.

O objetivo desse estudo foi explorar as características dos projetos Ação Ride San DF + e OBSERVA-CI no âmbito das políticas públicas (PAA e PNAE) e na vertente do levantamento de dados propostos pelos projetos a fim de elucidar e discutir a importância de ações similares no fortalecimento da agricultura familiar e consequente desenvolvimento sustentável e socioeconômico das regiões compreendidas pelos estudos.

Resultados e Discussão

O Projeto Ação Ride San DF+ iniciou-se no ano de 2021, e está em desenvolvimento, sendo uma proposta do CEGAFI - UnB, que visa fortalecer uma rede de ação, extensão, incidência política e inovação com forte atuação nos municípios pertencentes à RIDE (Região Integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) e no DF, que estão dispostos a trabalhar e dialogar principalmente sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Agroecologia, políticas públicas e sociobiodiversidade com a presença institucional da Universidade de Brasília. As políticas de compras públicas foram capazes de diminuir a fome e a pobreza no meio rural e trouxeram consigo apoio para os municípios no sentido de fortalecerem ou implementarem ações fundamentais, que geraram renda, dinamizando a economia local e garantindo uma maior segurança alimentar e nutricional para a população.

Na área de abrangência da RIDE, o Projeto Ação Ride San DF+ selecionou inicialmente dez municípios pertencentes aos estados de Goiás e Minas Gerais. Além disso, o projeto apresenta três eixos temáticos, sendo eles: I) Elaboração de estudos, levantamentos e proposições de ações conjuntas com os entes



federativos; II) Apoio e incidência para a formulação, implementação e monitoramento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, Agroecologia, Compras Públicas, PNAE, Assistência Técnica, Agricultura Familiar e sociobiodiversidade; III) Coordenação de ações e articulação de iniciativas envolvendo gestão, cooperação, pesquisa, ensino e extensão nos temas afins.

A proposta inicial do Projeto é a articulação com os municípios por meio de encontros e proposição de soluções, com os prefeitos e secretários desses municípios, para tratar dos avanços e benefícios que as políticas públicas podem proporcionar às suas populações. Antes da realização da primeira articulação com os atores envolvidos, foi necessário um estudo geral com base em dados públicos disponíveis.

Nesse sentido, surgiu o Projeto OBSERVA-CI (Observatório de Compras Institucionais), que tem como objetivo inicial o diagnóstico do cenário de comercialização de alimentos produzidos a partir da agricultura familiar (oferta e demanda), principalmente no que se refere ao Programa Nacional de Alimentação Escolar o (PNAE), instituído pela Lei N° 11.947/2009, e cuja o gerenciamento é atribuído ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e o Programa de Aquisição de Alimento, o (PAA), da Lei N° 10.696/2003, ambos com finalidades de promover o acesso a alimentação e o incentivo a agricultura familiar.

O projeto Observa-CI, tem como área de abrangência, inicialmente, seis municípios, sendo quatro municípios do estado de Goiás: Alto Paraíso de Goiás, Formosa, Cavalcante e Planaltina de Goiás, e dois municípios de Minas Gerais: Buritis e Arinos. Houve o levantamento de dados públicos, como: Área total dos agricultores familiares, Percentual de ATER para agricultura familiar, Percentual de estabelecimentos rurais do município da agricultura familiar, Área total dos agricultores não familiares, Principais alimentos produzidos (Lavoura Temporária e Lavoura Permanente), dados do PNAE sobre compras da agricultura familiar nos últimos anos, dados do PAA, entre outros.

Com base nesse levantamento de dados, foram criados Dossiês, um para cada município participante, que têm papel fundamental para as primeiras ações de articulação. A partir desse ponto, o principal produto final do projeto é a criação de uma plataforma de autodeclaração, que tem por objeto a autodeclaração por parte de produtores familiares de informações relativas à produção e comercialização de produtos sustentáveis de modo a gerar subsídios para a gestão municipal do PNAE e PAA.

As ações do CEGAFI no âmbito dos projetos Ação Ride San DF+ e OBSERVA-CI, contribuem significativamente para o fortalecimento de políticas públicas, sobretudo (PAA), o (PNAE) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), contribuindo também com a agroecologia por se tratarem de projetos



sustentáveis voltados para a Agricultura Familiar e desenvolvendo um papel importante no fortalecimento do setor e na promoção socioeconômica do município.

No ano de 2023, o governo vigente editou a revisão do Decreto 7.794/2012, que regulamenta a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e também retomou as duas categorias de gestão da política agroecologia: a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que podem contribuir significativamente para produções cada vez mais sustentáveis.

Conclusões

Esse estudo possibilitou conhecer e compreender, de modo geral, como os projetos Ação Ride San DF+ e OBSERVA-CI, pertencentes ao CEGAFI-UnB, contribuem positivamente e se relacionam com os temas de Agroecologia e Agricultura Familiar. Conclui-se a relevância de ações públicas que priorizem a temática em questão, de forma a contribuir no fortalecimento da agricultura familiar e de políticas públicas que incentivam a sustentabilidade, tema extremamente necessário nos dias atuais. Dessa forma, mais iniciativas voltadas para o fortalecimento de políticas públicas, principalmente as voltadas para a Produção Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional, são necessárias.

Agradecimentos

Ao Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI), à Universidade de Brasília (UnB) e à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF-DF).

Referências bibliográficas

BRASIL AGROECOLÓGICO. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/politica>. Acesso em: 04/07/2023.

CONSEA. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para sua elaboração. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2009/proposicoes-do-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-para-elaboracao-da-politica-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-08.2009#:~:text=O%20objetivo%20geral%20da%20PNSAN,sem%20comprometer%20o%20acesso%20a>. Acesso em: 04/07/2023.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Acesso em: 04/07/2023.

FERRAZ, José Maria Gusman. Agricultura e Meio Ambiente - Agroecologia. Disponível em:



<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/politicas/agroecologia>. Acesso em: 04/05/2023.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002. Acesso em: 04/07/2023.

LYNN, Laurence E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980. Acesso em: 03/05/2023.

MEAD, Lawrence M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", Policy Currents, fevereiro: 1-4. 1995. Acesso em: 03/05/2023.

PETERS, B. Guy. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. Acesso em: 03/05/2023.

SECRETARIA-GERAL - Governo retoma política nacional de agroecologia e produção orgânica. Disponível em:

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/junho/governo-retoma-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>. Acesso em: 04/07/2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 04/05/2023